

A. I. Nº - 271351.0030/09-0
AUTUADO - PETRÓLEO DO VALLE LTDA.
AUTUANTES - ANTÔNIO ANÍBAL BASTOS TINÔCO e LAUDIONOR BRASIL PEDRAL SAMPAIO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 04.12.09

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0403-04/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE. FALSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO. Os documentos de pagamento apresentados não constam do sistema de arrecadação da Secretaria da Fazenda, como fazem prova o Termo de Apreensão e Ocorrência, extrato de pagamento e boletim de ocorrência policial. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 03/06/2009, refere-se à exigência de multa no valor de R\$ 10.316,96 pela utilização de documentos de arrecadação contendo rasura, adulteração ou falsificação.

O autuado, através de seu advogado com instrumento de Procuração, fl. 42, apresenta razões de defesas nas fls. 39 a 41, argumentando que por inexistir no sistema da SEFAZ os DAES de pagamento da carga transportada (39.100 litros de álcool etílico hidratado – AEHC) foram considerados falsos. Salienta que os DAES foram pagos em 03.06.09, mesmo dia da lavratura do auto de infração.

Alega o autuado que a legislação estadual vigente é clara ao preceituar no art. 26 RPAF BA, que o início de uma ação fiscal se dá com a apreensão ou arrecadação de mercadoria. Diz ainda que o referido pagamento, consubstanciado na nota fiscal nº 4523, objeto da ação fiscal do auto epigrafado, ocorreu antes de iniciada a ação fiscal, por isso a mesma deve ser extinta conforme art. 156 do Código Tributário Nacional (art. 122, RPAF/BA).

Finaliza pedindo arquivamento do auto de infração.

O autuante apresenta informação fiscal nas fls. 55 e 56 afirmando que o contribuinte alega que fez o pagamento no dia 03.06.09, mesmo dia da lavratura do auto de infração, porém, pela manhã e depois de iniciada a ação fiscal, prova contra si próprio.

Diz que o contribuinte confunde a data da lavratura do auto de infração 03/06/2009 com a data da ocorrência do fato gerador 02/06/2009. Completa que o simples fato de ter sido lavrado o auto de infração às 23 horas desse dia e o recolhimento ter sido efetuado no turno matutino do dia 03/06/2009, comprova apenas que o contribuinte após ter conhecimento da apreensão do veículo apressou-se em fazer o recolhimento do ICMS na tentativa de burlar a fiscalização.

Pede que seja julgado procedente o auto de infração.

VOTO

Cuida o presente auto de infração de proceder à exigibilidade de uma multa de 200% totalizando o valor de R\$ 10.316,96 em função da utilização de Documento de Arrecadação contendo rasura, adulteração ou falsificação, nos termos do artigo 42, inciso XXI da Lei nº 7.014/96.

Da análise dos documentos que compõem os autos, constatei que foi lavrado Termo de Apreensão e Ocorrência nº 271351.0029/09-1, fl. 07, cuja descrição dos fatos informa que “o contribuinte adquiriu 39.100 litros de álcool etílico hidratante carburante – AEHC, através do DANFE nº 4523, de 02.06.09, transportados nos veículos de placas BWB 6292 e KSR 1489, abordados em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, às 20 horas do dia 02.06.09, quando foi constatado que o recolhimento do DAE da antecipação parcial e do ICMS relativo ao Adicional ao Fundo de Pobreza apresentado como comprovante do pagamento, datado de 02.06.09, não

constava do sistema de arrecadação da SEFAZ. Salientamos que o contribuinte efetuou o pagamento dos referidos DAES somente em 03.06.09, após iniciada a ação fiscal”.

Informa ainda o Termo de Apreensão que a multa ora em questão foi gerada tendo em vista a apresentação de DAE para comprovar pagamentos efetivamente não realizados.

O autuado, por sua vez, informa que o pagamento dos impostos da operação consubstanciada na nota fiscal 4523 foi feito no período matutino do dia 03/06.09, antes de iniciada a ação fiscal.

Verifico que o DANFE 004523, fl. 10, expedido em 02.06.2009, serviu de transporte para 39.109 litros de Álcool etílico hidratado carburante, juntamente com o respectivo comprovante de transmissão (fl. 11), e o certificado de entrega do álcool nº 14.651 (fl. 12). No entanto, os comprovantes de pagamentos dos impostos havidos na operação, antecipação parcial (2175) e adicional ao fundo de pobreza (2133) que, segundo o autuado foram feitos no dia 03.06.09, estão apensos aos autos, conforme documentos de fls. 14/17, mas, datam do dia 02.06.09 e cujos números de séries são 901356626 e 901356648, mês de referência 06/2009, no valor de R\$ 4.376,30 e R\$ 782,18, respectivamente, que não aparecem no “histórico de pagamentos realizados” extraído do sistema de pagamento da própria Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, fls. 18/19, além do mesmo número de autenticação – 536500923368560735, do Banco Bradesco.

Os pagamentos que estão efetivamente lançados no Sistema oficial de pagamentos estão anexos nos autos, fls. 20/23, com números de série 901363016 e 901363048, mês de referência 05/2009, nos valores R\$ 4.376,30, R\$ 782,18, respectivamente.

Observo ainda que cópias dos DAES e respectivos pagamentos de antecipação parcial e o adicional do fundo de pobreza, anexados pelo autuado, fls. 50/27, referem-se à DANFE 4524 e estes também constam do “histórico de pagamentos realizados” de fls. 18/19, servindo como mais um meio de prova da inidoneidade do documento de pagamento apresentado, que fundamentou a presente ação fiscal e o acerto do agente fiscal.

Posto isso, entendo que resta caracterizada a exigência contida na inicial, uma vez que os documentos de pagamento apresentados não constam efetivamente do sistema de arrecadação da Secretaria da Fazenda, como fazem prova o Termo de Apreensão, onde consta que a ação fiscal foi iniciada no dia 02.06.09, às 20 horas e o recolhimento do imposto elaborado somente no dia 03.06.09; além do extrato de pagamento e boletim de ocorrência policial. Procedente, pois a multa de R\$ 10.316,96, de acordo com o art. 42, XI, Lei nº 7.014/96, a seguir descrito.

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

XXI - 2 (duas) vezes o valor consignado no documento, àquele que falsificar, viciar ou adulterar documento destinado à arrecadação de receita estadual, para utilizá-lo como comprovante de pagamento, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **271351.0030/09-0**, lavrado contra **PETRÓLEO DO VALLE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 10.316,96**, prevista no art. 42, inciso XXI da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de novembro de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR